

Brasília, discurso ou narrativa?

Questões sobre preservação e identidade cultural

Luciana SABOIA Fonseca Cruz*, Ana Elisabete MEDEIROS^a

*Doutora em Arquitetura e Urbanismo (Université Catholique de Louvain, 2009)

Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB
Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo - THAU
ICC Norte - Gleba A - Campus Universitario Darcy Ribeiro - Asa Norte
Cx. Postal 04431 - Brasilia - DF
lucianasaboia@unb.br

^aDoutora em Sociologia (Universidade de Brasília, 2002)

Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB
Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo - THAU
ana@unb.br

Resumo

O objetivo do artigo é refletir acerca de Brasília, reconhecida em 1987, como patrimônio e fenômeno de construção de identidade cultural. A capital brasileira dividiu a crítica, em um primeiro momento, em dois discursos opostos. O primeiro interpreta a configuração da cidade como uma versão literal do modernismo Europeu. Rejeitada pelos críticos era considerada por demais homogênea e artificial, sem identidade cultural. O segundo adotou a estratégia de relativizar as influências do CIAM e de Le Corbusier no sentido de acentuar o caráter original como ápice do modernismo brasileiro, e ao mesmo tempo, revelar 'uma' identidade endêmica à formação cultural.

Entretanto, ambos os discursos identificam Brasília primordialmente com o Relatório de Lucio Costa, documento vencedor do concurso em 1957. Apesar de uma terceira via crítica que se estrutura em um segundo momento, a partir dos anos oitenta, o fato é que grande parte das análises de apropriação do projeto ainda é vista como mero reflexo de acertos ou erros do plano piloto. O espaço projetado de Brasília não se apresenta, no discurso oficial, como um processo contínuo de (re)configuração de identidades. A inserção da cidade na Lista do Patrimônio Mundial institui o que Michel Foucault denomina da ordem do discurso, um discurso construído a partir da criação de uma identidade legitimadora que não se pauta no princípio de compreensão social, mas se reconhece no Plano Piloto projetado de 1957.

Por meio da teoria narrativa do filósofo Paul Ricoeur, o artigo reposiciona o conceito de identidade no contexto do patrimônio moderno. Segundo Martin Heidegger, o habitar o mundo é indissociável do construir. Diante dessa premissa, Ricoeur interpreta a ação do projetar e do construir como a materialização de narrativas de experiências e vivências. Por vezes, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição, entretanto é o que nutre a ação mimética da configuração arquitetônica. Ao invés de discursos, argumenta-se que a identidade é uma ação narrativa que manifesta contradições e significados que se edificam e re-edificam na arquitetura de Brasília.

Palavras-Chave: Brasília, Patrimônio, Identidade Cultural, Discurso, Narrativa

Abstract

This paper analyzes how Brasilia as a World Heritage in 1987 relates to the issue of cultural identity. Two opposing discourses about the Brazilian capital came to the fore. The criticism would denounce the tenets of modernist urban planning as a rupture not only in morphology, but also in architectural culture and history. Brasilia's urban design was pointed out as a literal version of European modernism. The second reveals the city design as part of 'an' endogenous cultural identity, diminishing the influences of CIAM and Le Corbusier in order to accentuate the unique character as the climax of Brazilian modernism.

Nevertheless, both discourses about the planned city identity relates to 'Pilot Plan' of Lucio Costa, a document which describes the urban design in 1957. Subsequent analysis of Brasilia would take the city as a mirror of the 1957 urban plan, and consequently delate the social appropriation as a mere reflection of success or failure of it. The geometrically designed space is not considered as part of a continuous process of identity collective configuration. In fact, the capital listed as World Heritage established a legitimizing identity, what Michel Foucault calls in "the order of things."

Through the Paul Ricoeur's narrative theory, the paper argues the relation of identity and modern heritage. According to Martin Heidegger, dwelling the world is inseparable from the building. Given this premise, Ricoeur makes a parallel between the act of designing and building and the narrative, both are configurations of life and experiences. Sometimes, acts of configuration are sources of tension and contradiction, however, this is what feeds the mimetic action of the architectural plot. In this study, instead of discourses, identity are narratives that manifests the meanings and contradictions that build and re-build the architectural configuration of Brasília.

Key-words: Brasília, Heritage, Cultural Identity, Discourse, Narrative

1. Introdução

A noção de identidade face à condição moderna reaparece como questão sociológica e filosófica relevante no século XX. A discussão sobressai-se em função da crítica existencialista aos mecanismos universalizantes presentes nos processos de modernização. Como participar do processo civilizatório sem perder suas raízes e culturas locais? A partir da década de 1960, há uma mudança fundamental na compreensão dessa dinâmica social: abandonam-se projetos totalizantes para focar ações de grupos sociais isoladamente. As manifestações programáticas dos movimentos de vanguarda dos anos de 1920 passaram a ser vistas com descrença. A sociedade da era da máquina dá lugar à sociedade de massa, onde o efêmero e o transitório ganham importância na configuração de identidades. De acordo com Stuart Hall,¹ a crítica contemporânea sobre identidade desmistifica a noção emblemática de ‘uma’ identidade única, íntegra e original. No final da década de 1950, no âmbito da arquitetura passa-se a denunciar as ilusões da vanguarda moderna. A inauguração da capital em 1960 incorporou esse debate.

Quando, na segunda metade dos anos oitenta, Brasília é reconhecida como Patrimônio Mundial, a questão da identidade diante da condição moderna se recoloca. A criação de uma nova categoria de bem cultural exige, da comunidade internacional, a retomada do debate, tão caro à prática preservacionista desde Aloïs Riegl, acerca da identidade, se entendida como um processo social de determinação de significados e valores.² Afinal, a construção social da identidade cultural de Brasília, como patrimônio moderno, pode ser percebida como a chave para a definição de uma nova metodologia de intervenção alicerçada em princípios próprios de qualificação, documentação e preservação. Mas, de que Brasília se fala, de qual identidade se trata?

Brasília, em um primeiro momento, dividiu a crítica arquitetônica nacional e internacional entre exaltação e rejeição. De um lado, Brasília, capital moderna, capaz de ser mais que um estilo, e sim uma causa geradora de uma nova ordem social, corporificou o ápice entre o barroco colonial e o modernismo brasileiro: fez-se síntese de tradição e modernidade. Eduardo Corona argumentava que “o que é preciso saber é que de Ouro Preto a Brasília, uma evolução só existe.”³

Por outro lado, Brasília, cidade modernista, materialização mais fidedigna dos princípios defendidos pela Carta de Atenas de 1933⁴, incorporou todas as críticas feitas ao movimento moderno. Assim, o argumento de Kenneth Frampton⁵ de que as configurações modernistas são demasiadamente abstratas, homogêneas e sem referenciais, onde o ornamento ou o acontecimento empírico não têm lugar, encontra eco em outras críticas diretamente relacionadas à Brasília. James Holston argumenta

¹ (Hall, 2003)

² (Riegl 2006)

³ (Corona 1970), p.79

⁴ (IPHAN, 1995), p. 23 - 80

⁵ (Frampton, Introduction 1985), p. 9

que: “[Brasília] é uma jornada de separação ... Para o migrante, é esta passagem que firma a identidade de Brasília ... como um experimento utópico em urbanismo moderno”⁶

Em ambos os casos, rejeitada ou exaltada, Brasília é identificada como a materialização do Memorial do Plano Piloto, documento vencedor do concurso de 1957 que constitui um relatório que descreve o partido urbanístico em 23 itens, não somente as morfologias internas da cidade e tipologias adotadas, como também fluxos viários e de pedestres em cada um dos seus setores. Grande parte das análises de apropriação do plano urbanístico é vista como mero reflexo de acertos e erros do projeto original – uma visão que se perpetua no processo de construção social de Brasília como Patrimônio Cultural que, em sua dimensão nacional tem início dos anos sessenta com a Lei Santiago Dantas⁷.

Ora, se desde Riegl a chancela patrimonial pressupõe juízo de valores, a problemática da preservação de uma capital moderna e cidade modernista, mais do que nunca se coloca em termos de construção da identidade. Após 10 anos de inauguração da cidade, é o próprio Lucio Costa⁸ quem defende a implementação literal do ‘plano urbanístico’. Ou seja, as alterações e modificações eram vistas como uma deturpação da identidade brasiliense estabelecida em 1957. Comprova-se essa identidade única pela denominação da cidade como “Plano Piloto”. O termo refere-se tanto à cidade construída dentro do perímetro planejado como ao projeto descrito no relatório de 1957.

Entre 1976 e 1982 a política nacional de preservação coube a Aloísio Magalhães⁹. O resgate da percepção proposta por Mário de Andrade de que a construção do patrimônio deveria ser plural e plena de representatividade popular leva a uma discussão mais ampla da questão da identidade em Brasília. Cria-se o GT Brasília cujo objetivo primeiro foi estabelecer critérios de preservação da cidade a partir de uma identidade que se reconhece para além do Plano Piloto, nas preexistências das áreas naturais, dos povoados históricos, dos acampamentos dos pioneiros e das cidades satélites.¹⁰ Todavia, ainda que o GT Brasília construa a identidade da capital para além do Plano Piloto, prevalece a leitura de uma cidade projetada e acabada.

Nos anos oitenta, a decisão de regulamentação da lei Santiago Dantas não deixa dúvidas: a identidade que se quer preservar pela UNESCO é a da cidade como obra de

⁶⁶ (Holston 1993), p.6

⁷ A Lei 3.751/60, conhecida como Santiago Dantas, traz em seu Título III – Das Disposições Gerais, o Art. 38 define que “Qualquer alteração no **plano-piloto**, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal”. Ainda que não se trate do perímetro tombado, a Lei trata da preservação de Brasília identificada como o Plano Piloto, projeto original de Lucio Costa

⁸ Costa responde em entrevista “[Brasília] seria exatamente igual, porque as ‘deficiências’ não decorrem do plano, senão, pelo contrário, do não respeito e conseqüente **desvirtuamento** daquilo que o plano preconizava”⁸ [grifo nosso], (Costa, O urbanista defende a sua capital 1970)

⁹ - (Magalhães, 1984)

¹⁰ (GT/Brasília 1985)

arte concebida a partir das quatro escalas que determinam sua estrutura urbana.¹¹ Entre a segunda metade da década de oitenta e a primeira do século XXI algumas vezes se elevaram ora desmistificando a pretendida imutabilidade do projeto original

*“Tanto no que se refere ao discurso da inquestionável e imprescindível respeitabilidade ao projeto original, quanto à eficácia do processo de controle urbanístico, o que se quer dizer é que a pretensão da observância irrestrita ao desenho original é discutível ... [reconhece-se] as necessidades de modificações e adaptações que os espaços de qualquer cidade, sofrem ao longo dos tempos ...”*¹²

Ora lembrando que

*“... não se funda uma cidade: ela é um fenômeno em permanente mutação que detém, inclusive um grau de autonomia que faz da imprevisibilidade quanto ao futuro a sua marca registrada. Brasília, apesar de desenhada na prancheta foi pouco a pouco se descolando dessa origem ... sabemos que as políticas culturais que têm no patrimônio material suas bases tinham a idéia de identidade a ser preservada ou restaurada e pouco ou nada utilizaram do conceito oposto, o da **invenção de uma identidade**”*¹³. [Grifo nosso]

Entretanto, não é esse o discurso de Brasília que prevalece século XXI¹⁴ adentro. Em entrevista ao Correio Braziliense, em 2005, Alfredo Gastal, então Superintendente do IPHAN afirma:

*“Odeio a palavra engessada. Insisto em dizer que Brasília não é uma cidade, é um monumento. Ela foi criada com essa intenção. Uma cidade inspirada nos ideais de modernidade acelerada ... O objetivo era criar um sonho ... de um Brasil que ainda não chegou lá. A cidade é o símbolo do sonho. Por isso ela não pode ser alterada. .”*¹⁵

A idéia que se encontra por trás do reconhecimento de valores de Brasília, no informativo do PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, é formulação de uma identidade vinculada ao ‘espírito do lugar.’ Essa ênfase fenomenológica, baseada no pensamento do Noberg-Schulz,¹⁶ faz com que o processo de reconfiguração de identidade cultural deixe de ser reconhecido como um processo contínuo e sim como uma identidade revelada de singular identidade .

¹¹ A Unesco inscreveu Brasília na Lista do Patrimônio Mundial enquanto ‘proposição arquitetônica original’, alicerçada nos critérios de inclusão i) *Representar uma obra artística única, uma obra-prima do gênio criativo humano e iv) Ser um exemplar marcante de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico, que ilustre um estágio significativo da história da humanidade.* UNESCO. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/fr/criteres> >. Acesso em: 10 fev. 2011

¹² (REIS, 2001: 107)

¹³ - Prefácio de Brasilmar Ferreira Nunes in (RIBEIRO, 2005: 16).

¹⁴ (Saboia e Medeiros, Brasília, World heritage: questions of cultural identity and heritage policy 2006)

¹⁵ (Gastal, 2005), p.68

¹⁶ (Norberg-Schulz 1974)

“A noção de ‘Espírito do Lugar’ está vinculada a interação de componentes materiais e imateriais dos entornos naturais e construídos pelo ser humano. Se trata de um aspecto essencial que, por sua mesma definição, o ‘lugar’ não é qualquer espaço, mas um espaço caracterizado por sua singular identidade. Neste sentido, o ‘espírito’ é um elemento vital que expressa tal identidade, resultado de uma relação entre uma determinada cultura e o sítio em que se encontra”¹⁷

A inserção de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial como que institucionaliza o que Michel Foucault denomina da ordem do discurso.¹⁸ Um discurso ideologicamente construído a fim de legitimar a cidade como obra de arte acabada, materialização do Plano Piloto de 1957 e cuja produção é, simultaneamente, controlada, selecionada, organizada e redistribuída de maneira a dominar o que o autor denomina de ‘a vontade de verdade.’¹⁹ Cria-se “a” verdade que se revela como universal.

No caso de Brasília, o plano piloto de 1957 era um lançamento de partido, uma *idéia* a ser desenvolvida. Como Carpintero ou Leitão e Ficher analisam, há uma grande distinção entre o plano de 1957 e o que foi construído e implementado durante os primeiros três anos antes da inauguração e mesmo posteriormente.²⁰ O plano de 1957 foi modificado, alterado, acrescentado por uma série de decisões técnicas e políticas pragmáticas²¹. Contudo, posteriormente, essas modificações foram consideradas legítimas e partes integrantes ao “projeto original.” Dessa forma, foram os discursos competentes, aqueles que satisfazem as qualificações de um notório saber ou apresentam as competências exigidas para construí-lo, que criaram uma identidade legitimadora, segundo definição de Manuel Castells.²²

Segundo Leitão e Ficher é

¹⁷ Carta de Foz do Iguaçu – ICOMOS 2008, (RSP Arquitetura Consultoria 2010), p.23

¹⁸ (Foucault 2009)

¹⁹ Foucault afirma que “no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta.” E, mais adiante, complementa: “a vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas”. E o autor argumenta, ainda, que “assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra ‘a’ verdade” [Grifo nosso]. (Foucault, 2009) p. 14, p. 17 e p.20

²⁰ (Carpintero 1998) e (LEITÃO, F. & FICHER, S., 2010: 97 – 135)

²¹ A estrutura principal foi construída conforme o plano e relatório elaborados em 1957. Entretanto, muitas ações na construção não estavam prescritas e outras foram tomadas em caráter de urgência e com certa improvisação.

²² (Castells 2008), p. 22

“O que demonstra mais de quatro décadas depois, a permanência do projeto de Lúcio Costa para o PPB [Plano Piloto de Brasília] como parâmetro do consentido e do proibido, do certo e do errado em Brasília”²³.

Institui-se o mito do ‘projeto original’ como legítimo a ser preservado. A cidade, ao invés de ser analisada a partir de suas próprias premissas, passa a ser eternamente correlata a um projeto ‘original’ e não pela responsabilidade da gestão pública e da compreensão das vivências cotidianas. Se o projeto original torna-se responsável pelas suas qualidades e problemáticas natas, também se isenta de todas as mazelas e interferências posteriores. A cidade passa a ser regida pela ‘retórica da perda’²⁴ que busca uma identidade idealizada pelo projeto e que não poderá ser constituída de fato.

2. Identidade narrativa e narrativas entre o habitar e o construir

Paul Ricoeur considera a noção de identidade como narrativa.²⁵ Sob a forma reflexiva do narrar-se, a declaração de quem somos é o testemunho, a atestação, mas também a nossa interpretação na qual dizemos ao outro aquilo que já vivemos. Através da narrativa, a memória do tempo vivido torna-se presente como uma história fictícia ou uma ficção histórica. Narrar o aqui e agora de nossas vidas representa a síntese reflexiva do habitante que age. Desta forma, não se trata de entender Brasília como múltiplas identidades ou como uma identidade reconhecida ou tombada. A partir dessa perspectiva, Brasília passa a ser compreendida de maneira hermenêutica. Narrar o aqui e agora de nossas vidas representa a síntese reflexiva do habitante que age. O conjunto destas narrativas coletivas configura a trama vivida por cada um de nós ou de grupos sociais. A narrativa configura a “mise-en-intrigue”, a trama de um conjunto heterogêneo de intenções, de atos, de causas e de acasos. Esta trama exige uma unidade de sentido, de concordância e ao mesmo tempo admite discordâncias, pois o coletivo torna-se personagem de sua própria trama.²⁶

O habitante é o agente da ação, mas também pode ser o leitor de si mesmo quando se exercita em imaginar suas próprias expectativas em função das intrigas, das tramas narrativas, geradas pelas diversas interpretações de si mesmo ao longo do tempo. Desta forma, o leitor pode *reconhecer-se* em determinadas narrativas, assumindo diversos papéis e estados emocionais nas suas configurações pessoais como fascinação, rejeição, orgulho, etc. Um ponto a ser ressaltado é a **apropriação crítica** das narrativas de si mesmo, como afirma Ricoeur ‘aprender a narrar-se é também aprender a narrar a si mesmo de outro modo.’²⁷

²³ (LEITÃO, F. & FICHER, S., 2010: 115)

²⁴ (Gonçalves, 1996)

²⁵ (Ricoeur, *Soi-même Comme un Autre* 1990)

²⁶ (Ricoeur, *Percurso do reconhecimento* 2006), p.164

²⁷ (Ricoeur, *Percurso do reconhecimento* 2006), p.115

Segundo Martin Heidegger, a relação do homem e o espaço é somente possível através do habitar.²⁸ O habitar é a meta do construir, desta forma ‘o construir já é em si mesmo, habitar.’ Uma vez explicitada a ressonância entre o habitar e o construir, traça-se um paralelo entre narrativa e arquitetura. Ambas são ações miméticas da capacidade humana de construir sua própria identidade ou espaço. O ato de narrar, assim como, o ato de construir são ações configurantes que implicam em uma seleção crítica de memórias e promessas, fatos e premissas, condições e critérios que edificam tanto a trama narrativa como a arquitetônica. Brasília é configurada e edificada a partir de diversas narrativas ao longo do tempo: a narrativa do relatório em 1957, a inauguração em 1960, a consolidação da Asa Sul, a W3 e o Parque da Cidade, na década de 1970, o reconhecimento da Unesco em 1987, a metrópole terciária na década de 1990 e assim sucessivamente. Aliás, muitas dessas narrativas não estavam previstas no plano original de 1957, como o Parque da Cidade, projeto de Burle Marx.

Desta forma, assim como na configuração da narrativa, a trama arquitetônica pode ser dividida em três etapas: a preconfiguração (mimesis I), onde o habitar torna-se a reflexão sobre o construir; a configuração (mimesis II), quando a ação de construir baseada no reconhecimento do habitar materializa a reflexão sobre os modos de vida. E a reconfiguração (mimesis III), quando uma vez que o espaço é construído, o habitar sobressai-se e configura novamente o construir com seus usos, ocupações e vivências. A construção de identidade de Brasília, mesmo sendo um espaço planejado é extremamente dinâmica, pois somente através do habitar de suas premissas e seus princípios de projeto é que a cidade torna-se fato e fenômeno cotidiano.

Diante do exposto, considera-se que o espaço arquitetônico e urbano, fenômeno sociocultural, somente pode ser compreendido como processo mimético de ‘reconfiguração.’²⁹ Adota-se trama da hermenêutica de si, a construção do coletivo, como compreensão da capacidade de construir seu próprio espaço. Neste sentido, sugere-se que a trama entre memórias e promessas que configuram identidades coletivas são parte integrantes do habitar e construir que configuram a arquitetura ao longo do tempo.

3. Brasília, discurso ou narrativa?

Enquanto para Ricoeur a narrativa é uma ação configurada, o discurso para Foucault é a vontade da verdade. Foucault defende a existência de procedimentos internos de controle e delimitação do discurso, visíveis no desnível, denominado de comentário³⁰.

Todavia, se o comentário tem por papel revelar o que estava articulado no texto primeiro e deve, conforme demonstra Foucault, obedecer ao paradoxo de dizer pela primeira vez aquilo que já havia sido dito e repetir aquilo que não havia jamais sido

²⁸ (Heidegger 1971)

²⁹ (Saboia, Brasília and the modernist void: the central bus station and the struggle for cultural recognition (Ph.D. thesis) 2009)

³⁰ (Foucault 2009), p. 21

dito, no caso de Brasília os comentários acerca do reconhecimento do plano original como único valor identitário se repetem indefinidamente. Todavia, Foucault aponta que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.”³¹ Essa possibilidade de transformação pelo redizer ou pelo que ainda está por dizer pelo ‘acontecimento de sua volta’ é o que abre o círculo hermenêutico proposto por Ricoeur.

Nesse sentido, poder-se-ia considerar o Relatório do Plano Piloto de 1957 como o discurso fundador, original, da identidade de Brasília – um texto primeiro reatualizável, uma carta de intenções de sentido múltiplo que funda a possibilidade aberta de falar. As premissas, memórias e promessas contidas no memorial devem ser tomadas como princípios norteadores que permanecem na sua configuração. Uma configuração aberta e voltada para uma agenda social conforme a condição moderna que lhe é inerente. Nesse sentido, o relatório do Plano Piloto é documento fundamental, entretanto não é detentor da identidade de sua configuração.

A relação entre cidade projetada, vivenciada e preservada são inseparáveis. A preservação dos princípios e premissas de Brasília não pode ser resumida a normas rígidas ou interpretações descontextualizadas que não levam em consideração a configuração da sua paisagem urbana e cultural. Discursos preservacionistas normatizantes não impediram construções que desrespeitam as escalas e as vivências da cidade.³² Por exemplo, vários edifícios no Setor Comercial Norte impedem a livre circulação e a falta de arborização nega a vivência cotidiana pelo pedestre.³³ Ou, a implantação de um sistema viário voltado para o automóvel sem que haja a implementação efetiva de uma política de mobilidade urbana. Alicerça-se sempre no seu desenho urbano de 1960 de grandes avenidas para automóveis, para justificar a precariedade do transporte público ao longo de décadas. O caráter da cidade-parque e a livre circulação pelos pedestres, características essenciais ao projeto da cidade, não são por vezes respeitados.

Em outras palavras, a identidade da cidade não deve ser apenas interpretada a partir do discurso competente do projeto original, pois distancia Brasília da idéia de narrativa que, a despeito de manifestar as contradições políticas e socioeconômicas, constrói continuamente significados que se edificam e reedificam sua arquitetura. Heidegger argumenta que somente através do habitar e sua relação com o lugar compreendemos o nosso ser, a nossa essência. Entretanto, o construir nunca configura o espaço como uma única entidade. O construir não é algo fixo, e sim o abrigo que dá forma ao habitar, que abriga ritmos, paradas e movimentos. Ricoeur define lugar como um intervalo a ser percorrido.³⁴ Em 1984, Lucio Costa reconhece a temporalidade da identidade de Brasília quando faz um depoimento na rodoviária:

³¹ (Foucault 2009), p. 25-26

³² Ver (REIS, 2001)

³³ Ver projeto de diplomação

³⁴ (Ricoeur, Architecture et narrativité, 1998)

*“Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano (...)Na verdade, o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela.”*³⁵

Bibliografia

- Campofiorito, Ítalo. "Brasília Revisitada." *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Edição Especial* , 1990. RJ.
- Carpintero, Antônio Carlos Cabral. "Brasília: Prática e Teoria Urbanística no Brasil." *tese de doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- Castells, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.
- Corona, Eduardo. "Gostar, conhecer e respeitar Brasília." *Arquitetura e Urbanismo*, 1970: 79-80.
- Costa, Lucio. "Brasília Revisitada." *Revista Projeto*, julho 1987: n° 100.
- . *Lucio Costa, Registro de uma Vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- Costa, Lucio. "Memória Descritiva do Plano Piloto." In *Lucio Costa, Registro de uma vivência*, by Lucio Costa, 283-297. São Paulo: Editora das Artes, 1997.
- Costa, Lucio. "O urbanista defende a sua capital." *Revista Acrópole*, Julho/Agosto 1970: n. 375/376.
- Foucault, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- Frampton, Kenneth. "Introduction." In *Modern Architectural. A critical history*, by Kenneth Frampton, 8-10. London, : Thames and Hudson, , 1985.
- Gastal, A. (2005). A cidade monumento. *Correio Braziliense* , 68-69.
- Gonçalves, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 1996.
- GT/Brasília. *Síntese de Trabalho – Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília*. Relatório, Brasília: IPHAN, 1985.
- Hall, Stuart. ", "Who needs identity?",". In *Questions of Cultural Identity*,, edited by Stuart Hall and Paul du Gay. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2003.
- Heidegger, Martin. "Building Dwelling Thinking." In *Poetry, Language, Thought*, translated by Albert Hofstadter. New York: Harper Colophon Books, 1971.
- Holston, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua Utopia*. Translated by Marcelo Coelho. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995. 23 - 80 p
- Leitão, Francisco e Ficher, Sylvia. A infância do Plano Piloto: Brasília, 1957 – 1964. In: PAVIANI, A. (Org.) *Brasília 50 anos da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB. PP. 97 - 135

³⁵ (Costa, Lucio Costa, Registro de uma Vivência, 1995), p. 311

Magalhães, Aloísio. *E Triunfo? A Questão dos Bens Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Brasília: FNPM, 1985. 256 p

Medeiros, A. E., & Saboia, L. (2006). Brasilia, World heritage: questions of cultural identity and heritage policy. *Cross national transfer of planning ideas and local identity*. Nova Delhi: 12th International Planning History Conference.

Norberg-Schulz, Christian. *Meaning in Western Architecture* . New York: Rizzoli, 1974.

Regional, IPHAN / 15 Superintendência. *PLANO, Piloto 50 anos – cartilha de Preservação de Brasília*. Cartilha, Brasília: IPHAN / 15 Superintendência Regional, 2007.

Reis, Carlos Madson. *Brasília: Espaço, Patrimônio e Gestão urbana*. Brasília: PPG/FAU – UnB (dissertação de mestrado), 2001.

Ribeiro, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, Cidadania e Gestão do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2005.

Ricœur, Paul. "Architecture et narrativité." *Urbanisme* 303 (nov-dec 1998): 44-51.

—. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

—. *Soi-même Comme un Autre*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

Riegl, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Translated by Elane Ribeiro Peixoto and Albertina Vicentini. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

RSP Arquitetura Consultoria, GDF. *BRASÍLIA Preservando o Patrimônio da Humanidade – Informativo do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB*. Informativo, Brasília: GDF, 2010.

Saboia, Luciana. *Brasília and the modernist void: the central bus station and the struggle for cultural recognition (Ph.D. thesis)*. Louvian-la-Neuve: Université Catholique de Louvain, 2009.

Sinotti, Marta L. *Quem me quer, não me quer: Brasília, metrópole-patrimônio*. São Paulo: Annablume, 2005.

UNESCO. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/fr/criteres> >. Acesso em: 10 fev. 2011